

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 016 – PE 007/2022

Trata-se de projeto de lei que visa incluir no Anexo I - Metas e Prioridades do PPA 2022-2025 e no Anexo III – Metas e Prioridades, da LDO 2022, no programa 0004 – Fundo Municipal de Assistência Social, a ação "Programa Criança Feliz", na Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania e autorizar o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 60.000,00.

A mensagem justificativa informa que o município editou a Portaria nº 06, versado sobre a adesão realizada pelo Município de Montenegro ao Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 683/2021. O valor da primeira parcela de financiamento do programa, no valor de R\$ 15.000,00 e tal valor será multiplicado pelo número de metas de atendimento descritas no termo de aceite.

O projeto de lei vem acompanhado do processo administrativo do Executivo Municipal nº 2022/115.

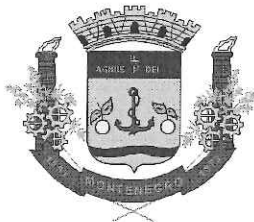
Relatei.

Segundo o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em se atentando à conveniência e oportunidade do Executivo Municipal, para que o mesmo realize ações nos tópicos que solicita a inclusão, necessário que os mesmos estejam expressamente previstos.

Quanto à abertura de crédito especial com indicação da fonte exige autorização legislativa, tal como determina o art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, de forma a garantir a higidez dos princípios orçamentários da programação e da anualidade.¹

¹ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 718-9.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



A ação pretendida estará incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como exigido pelo art. 165 da Constituição Federal.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Montenegro/RS, 04 de fevereiro de 2022.


Adriano Bergamo

Consultor Jurídico | OAB/RS 65.961